



**MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**  
**DE SANTA COMBA DÃO, REALIZADA NO DIA 28 DE**  
**DEZEMBRO DE 2013**

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro de dois mil e treze, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão, pelas dez horas e trinta minutos, teve lugar a quinta sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**I- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**II-PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

- 2.1-** APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 30 DE NOVEMBRO DE 2013.
- 2.2-** INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;
- 2.3-** REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO=APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.4-** PROPOSTA DE ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2014 / MAPA DE PESSOAL, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 4 ° E 5° DA LEI Nº 12-A/2008, DE 27 DE FEVEREIRO/= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.5-** PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO, EM 2014= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**2.6- MOÇÃO- OPOSIÇÃO AO ENCERRAMENTO DOS SERVIÇOS DE FINANÇAS, EM NOME DA COESÃO TERRITORIAL E DO BEM ESTAR DOS MUNICÍPIOS= APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO**

**III- PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**

Presidiu aos trabalhos o Sr. Presidente Fernando Paulo Soares Gomes secretariado por César Fernando Lima Branquinho e Maria José Nogueira de Sousa Tavares

Verificou -se a presença de todo o elenco da Assembleia Municipal, António José Brito Correia, César Fernando Lima Branquinho, Fernando Augusto Neves Gomes da Cruz, Edite da Conceição Alves da Cruz, Carla Maria Pereira de Sousa, Alcino Manuel Coimbra Martins Almeida, Marco Paulo Antunes Varela, Jorge Miguel Silva Amaral, Luís Artur Loureiro Pereira, Andrea de Oliveira M. F. Mendes Saldanha, Maria Inês Dias Simão, Manuel Luís Leitão Morais, Luís Pedro Figueiredo Simões Nunes, José dos Santos Castanheira Neves, Luís Miguel Ferreira Marques, Maria José Nogueira de Sousa Tavares, Rui Jorge Gonçalves da Silva Pereira, Márcia Sofia Gonçalves Marques, Tiago Rafael Rodrigues da Costa, Joaquim Pereira Rodrigues, Fernando Manuel Dias de Almeida e Costa, João Pedro Duarte da Cruz, Serafim Pereira Rodrigues, José Rui Batista Alves Ferreira, José Augusto Morais de Sousa, Domingos Manuel Costa Marques

O Sr. Presidente da Assembleia antes de dar início à ordem de trabalhos da sessão ordinária, desejou um bom ano a todos os presentes.

No primeiro ponto, Período Antes da Ordem do Dia, foram abertas as inscrições para as intervenções dos Senhores Deputados neste período: Inscreveram-se os Srs. Deputados Luís Artur Loureiro Pereira, Carla M<sup>a</sup> Pereira de Sousa e Luís Miguel Ferreira Marques.

Dada a palavra ao Sr. Deputado Luís Artur Loureiro Pereira, este fez a intervenção que constitui o anexo um desta ata e dela fazendo parte integrante.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que, começou por dizer, que esperava que todos os elementos que constituem a Assembleia Municipal tivessem passado um bom Natal. Relativamente à questão colocada sobre a informação da atividade municipal referiu que o Sr. Vereador responsável pelo Pelouro da Cultura e Desporto está a elaborar o Plano de Atividades Anual (PAA) para o próximo ano civil e que a atividade física será um dos pontos a ter em consideração no mesmo



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Luís Miguel Ferreira Marques'.*

Seguiu-se a intervenção da Sra. Deputada Carla M<sup>a</sup> Pereira de Sousa que abordou os bons resultados obtido pelas escolas do Concelho no ranking da classificação das escolas no ano letivo 2012-2013, que obtiveram classificações muito honrosas a nível distrital e nacional. Destacou em especial os bons resultados obtidos no 4<sup>o</sup> ano de escolaridade. Os alunos que obtiveram um bom posicionamento são na sua esmagadora maioria os alunos que completaram os 4 anos de escolaridade nos novos centros educativos, quatro anos no Centro Educativo Centro e Centro Educativo Sul e três no Centro Educativo Norte. Referindo que isto é prova de que os investimentos efetuados nos centros educativos elevaram o nível de ensino no concelho de Santa Comba Dão, o que muito a alegrava, como mãe e Encarregada de Educação. Deu os parabéns aos alunos, professores, pais e educadores, Agrupamento de Escolas e ao Senhor Presidente, que agora nos representa a todos, pelo trabalho desenvolvido e pelos resultados alcançados, dada a responsabilidade decisiva que a autarquia tem neste nível de ensino.

Disse também que as estruturas físicas quando são construídas só fazem sentido se quem delas vier a usufruir tiver retorno e retirar resultados financeiros, sociais familiares ou educacionais como é o caso. Com as condições físicas de excelência que tem o nosso município, com acesso aos mesmos conteúdos programáticos e tecnológicos, com a disponibilização dos mesmos meios e recursos e promovendo a plena e verdadeira igualdade de oportunidades constata-se um puxar para cima ao nível das aprendizagens e um maior e melhor retorno no sucesso escolar. A todos o Grupo Parlamentar do PPD/PSD dá os parabéns.

Dada a palavra ao Sr. Presidente, este também se congratula com o bom trabalho das escolas que a todos deixa orgulhosos dos bons resultados que os nossos alunos obtiveram.

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Luís Miguel Ferreira Marques, que solicitou ao Sr. Presidente da Câmara um pedido de esclarecimento que constitui o anexo dois desta ata e dela fazendo parte integrante.

Para responder ao pedido de esclarecimento foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que referiu o seguinte: " quanto à primeira questão colocada sobre as dúvidas do Empréstimo de Reequilíbrio Financeiro, estas foram colocadas à Caixa Geral de Depósitos que ficou de analisar e de enviar uma resposta. Esta ainda não foi dada até ao momento. Quanto à segunda questão relativa à elaboração do documento para a consecução da Estabilidade Orçamental informou que este foi enviado para a DGAL. Referiu que ainda se aguarda o seu aval para a elaboração desse documento, sem o qual não se poderá dar prosseguimento ao processo.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Informou também que decorreu uma reunião com a CCDRC, nas instalações da Câmara Municipal, onde foram tratados vários assuntos, entre eles a inexistência de fundos disponíveis e as consequências desta situação.

Não havendo mais intervenções passou-se para o ponto dois da Ordem de Trabalhos:  
Período da Ordem do dia.

Relativamente ao ponto dois ponto um: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 30 DE NOVEMBRO DE 2013. Na apreciação e votação da ata da sessão extraordinária de 30 de novembro de 2013, o Sr. Deputado António José Correia recomenda e solicita que na página sete da ata, onde se refere ao sentido de voto do Grupo Parlamentar do PSD/PP no ponto um ponto seis se acrescente “devido às dúvidas levantadas relativas às questões dos juros.”, o que, no ato, foi corrigido.

Não havendo pedidos de intervenção passou-se para a votação sendo a ata aprovada por unanimidade.

Passando para o ponto dois ponto dois: INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, tendo este referido que a informação enviada a todos os elementos da Assembleia Municipal foi exaustiva, contudo destacou alguns aspetos mais relevantes, como o enquadramento da orgânica do Executivo e a atribuição dos pelouros a cada um dos Senhores Vereadores, bem como a nomeação de um secretário/assessor para o gabinete de apoio pessoal à presidência, recorrendo para isso a um funcionário da Câmara Municipal com o objetivo de eliminar os custos com o gabinete.

Relativamente ao Pelouro da Educação e às Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC's), que foram aqui focadas anteriormente por, no momento próprio, não ter sido feita a respetiva cabimentação e não poderem ser realizadas em aquisição de serviços com as entidades que as estavam a dinamizar, por haver necessidade de se recorrer a um concurso para a sua concretização, acabou por ser a Associação de Pais a entidade parceira a dinamizar as AEC's. No entanto, a Câmara Municipal não está fora do processo e dará todo o apoio financeiro à Associação de Pais no sentido de que as AEC's iniciadas do ano letivo possam decorrer de um modo normal até final do ano letivo.

No plano da cultura foi feita uma vistoria à Casa da Cultura pela Inspeção Geral das Atividades Culturais, esperando-se que seja feita a homologação definitiva.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Sr. Presidente da Câmara fez ainda referência às iniciativas natalícias levadas a cabo em colaboração com a União de Freguesias de Santa Comba Dão e Couto do Mosteiro e as associações culturais do nosso concelho que alegraram as ruas da nossa cidade no sentido de promover o comércio local. Foi realizada a iniciativa o Presente Perfeito, nos dias 6 e 7 de dezembro na Casa da Cultura, em que estiveram presentes artesãos, comerciantes e associações culturais do nosso concelho, com um conjunto de iniciativas com vista à dinamização do artesanato e comércio. Também foi realizado um espetáculo de solidariedade "Miminhos de Natal" à semelhança de anos anteriores, com a participação das associações culturais do nosso concelho, para angariar bens para os mais necessitados

Destacou que os serviços da Cultura estão a elaborar o programa para a comemoração dos 10 anos da Casa da Cultura, no próximo mês de fevereiro e cujas iniciativas terão lugar entre os dias 30 de janeiro e 1 de fevereiro;

Sobre o Pelouro da Ação Social informou que o funcionamento do gabinete de inserção profissional foi prolongado até ao dia 31 de março.

Em relação ao Pelouro das Obras Municipais e referindo-se à frota automóvel deu conhecimento que as máquinas e viaturas estão muito degradadas e/ou inoperacionais e a necessitar de investimentos muito avultados, o que preocupa o Executivo, pois algumas das viaturas são essenciais para a manutenção e reparação de vias/ caminhos e limpeza urbana.

No que respeita à Informação Financeira, o senhor Presidente da Câmara fez uma análise sucinta ao balanço financeiro da autarquia, tirando desta análise a escola Profissional, a Combanima e a Dão-Gest, salientando que a dívida de médio e longo prazo em vinte e um de outubro de dois mil e treze é de 11.368.466,5 euros e a dívida a terceiros de curto prazo de 5.901.966,99 euros; desta dívida de curto prazo a fornecedores são 2.486.302,28 euros, a fornecedores de imobilizado de 769.275,19 euros, outros credores é de 2.624.020,44 euros e outras 22.387,08 euros. A dívida de curto prazo incluída no PAEL é de 3.557.743,67 euros. Relativamente ao PAEL estão a aguardar a todo o momento a assinatura do contrato para seguir para o Tribunal de Contas

Foi dito ainda pelo Sr. Presidente que existem alguns constrangimentos em termos de contratos de aquisição de serviços em situação irregular, mas face à inexistência de fundos disponíveis torna-se difícil dar-lhes solução. Deu como exemplo o contrato com comunicações móveis e fixas caducado desde março 2013, o contrato com fornecimento de gás aos Centros Educativos Sul e Norte, caducado desde agosto de 2012; os contratos de fornecimento de cópias e impressões caducado desde agosto de 2013; os contratos de fornecimento de gás e energia elétrica celebrados com agentes de mercado livre, que foram efetuados sem o cumprimento



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

instituído na lei dos compromissos; os protocolos das AEC'S não foram cabimentados nem obtiveram compromisso, daí a necessidade de se ter encontrado outras soluções para resolver este problema.

Foi pelo senhor Presidente da Câmara referido que foi já nomeado o liquidatário da empresa municipal Combanima, a qual integra a parceria público-privada Dão-Gest, onde se constata atos de gestão que interessa urgentemente avaliar. A Escola Profissional Profiacademus apresenta uma situação difícil, que tem sido discutida nesta Assembleia e cujo futuro tem de ser encarado com seriedade.

A previsão da receita do IMI no valor de 1.650.000 euros revelou-se demasiado otimista uma vez que o Município arrecadou somente 1 milhão 127mil e 160 euros, ou seja, recebemos menos 522 mil 840 euros que o previsto. Este constrangimento teve como consequência a necessidade de reformular o acordo da regularização da dívida à CGD. Relativamente ao IUC, felizmente a arrecadação foi superior ao previsto. Ainda dentro deste ponto foi fornecida a relação dos processos judiciais em que está envolvido o município.

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra aos Srs. Deputados.

Interveio em primeiro o Sr. Deputado Rui Jorge Gonçalves da Silva Pereira, dizendo que o CDS/PP se mostra deveras preocupado com as carências detetadas no domínio da falta de pessoal nos centros educativos e espera sinceramente que essas carências sejam rapidamente superadas logo no início do 2º período, realçando a importância do pessoal auxiliar. Em seguida mencionou que toda a atividade do Município nos domínios mais díspares tem de partir de alguns pressupostos fundamentais, valorizar as potencialidades do Concelho e racionalizar os gastos quando de todo não for possível evitá-los. No concernente à Casa da Cultura continua com a opinião que esta está subaproveitada, há que torná-la rentável, não só no que diz respeito à utilização preferencial dos grupos existentes no nosso concelho como também para efetivação de espetáculos diversos, sem esquecer uma possível parceria com distribuidores de filmes, com o mínimo de dispêndio para o Município.

O CDS/PP deu os parabéns ao Executivo pelas ideias que lançou para dar mais cor e animação a algumas artérias da nossa cidade. Foram iniciativas louváveis e à que repeti-las. O nosso Concelho tem associações culturais de grande valor, filarmónicas, grupos de teatro, grupos de música popular, tudo isso nos enriquece e orgulha, mas por vezes quando se faz a planificação de atividades há a sobreposição de espetáculos, por isso há que planificar com as associações para evitar a sobreposição de atividades, pois elas entenderão que não é bom. No entanto proporia, e como defensor acérrimo da descentralização cultural, as sedes de freguesias têm ótimas



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

instalações onde se poderiam realizar espetáculos, pois muitas pessoas não têm possibilidade de se deslocar à sede do Concelho. Levar a cultura às sedes de freguesias, fica mais perto e mais acessível às pessoas. Esta é uma sugestão que gostaria de ver implementada aquando da elaboração do plano de atividades para o próximo ano.

Outro aspeto a merecer destaque e já referenciado pelo Sr. Presidente da Câmara é o estado condenável a que se deixou chegar todo o parque de viaturas camarárias. Há determinado tipo de viaturas que são imprescindíveis, assim, a Câmara Municipal terá de resolver dentro das suas disponibilidades financeiras este sério problema.

A Senhora da Ribeira e o Parque Termal do Granjal podem vir a tornar-se duas joias no domínio turístico do Concelho desde que o Executivo, Assembleia Municipal e freguesias o queiram, mas é necessário ter os pés bem assentes na terra. No que diz respeito à informação financeira o CDS/PP constata com inquietação o montante da dívida a fornecedores e lembra que são pessoas, e que por trás há famílias e, é possível que muitas famílias estejam a passar graves problemas com todo este aspeto financeiro que afeta o nosso Município e não entende como foi possível chegar a esta situação. Espera que daqui para a frente se possa colocar um ponto final neste problema e que com a ajuda de todos os presentes nesta Assembleia e que representam os santacombadenses, se consiga inverter a situação financeira. São aspetos que gostaria de por em consideração.

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado António José Correia começando por dizer que a informação foi exaustiva e clara em relação às atividades desenvolvidas e o seu Grupo Parlamentar considera que é importante todos estarem informados.

Em relação à Informação Financeira é clara e não é surpresa para o seu Grupo Parlamentar como não é surpresa para o Senhor Presidente da Câmara dado ter sido vereador durante muitos anos.

Contudo vai referir duas questões que considera importantes, a primeira reporta-se à iniciativa “Espírito de Natal”, que considera ter sido uma excelente iniciativa, que animou e dinamizou o comércio local. A segunda questão é relativa à APPACDM em que solicita um esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o ponto da situação do projeto promovido e desenvolvido pelo anterior Executivo em articulação com a referida Instituição. Desta intervenção faz parte o anexo três desta ata e dela fazendo parte integrante.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado Fernando Cruz que perante a informação financeira detalhada que os Deputados receberam, gostaria de questionar o Sr. Presidente da Câmara achando que este é o momento decisivo de clarificar a questão que tem sido bastante especulada do peso e da herança da dívida deixada pelo anterior Executivo. Ao analisar os



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

números claros, quer da dívida de médio e longo prazo quer da dívida de curto prazo a fornecedores e à banca, considera, obviamente, que a este valor da dívida do Município devia também ser acrescentado o perímetro da dívida que é também de algum modo tratada na Dão-Gest, Combanima e Profiacademus. Tem um valor que ronda nas suas contas pela empresa Dão-Gest um valor que andarás nos 10 milhões e 474 mil euros, mas tem atrás 2 centros educativos, tem dívida de curto prazo de rendas atrasadas e de valores assumidos mas que não estão produzidos contabilisticamente. O que querem perceber é se afinal a dívida que se fala de 50 milhões, 40 milhões não está dentro daquilo que são os ativos, a dívida do Município de médio e de longo prazo está ao nível, segundo conseguiram perceber de 2005, foi a dívida de curto prazo e que tem alocado um projeto do PAEL, 3 milhões 557 mil euros, portanto dívida que obviamente será regularizada via PAEL e que obviamente assumirá um aumento da dívida de médio e longo prazo em 3 milhões e 500 mil euros.

Em relação à questão da Profiacademus o Sr. Deputado disse que se anda há 2 anos a falar em diagnósticos e que todos sabem qual é o diagnóstico da Profiacademus, mas o facto é que este assunto já veio a uma sessão e foi inviabilizado por alegadamente não ser legal. Pergunta o que querem para a Profiacademus. Se é a alienação a 100% como diz o parecer da Inspeção Geral de Finanças, então que seja feita alienação ou então a dissolução. Estas decisões não podem prolongar-se para 2014, não podem vir constantemente à Assembleia Municipal, pelo menos já aqui foi trazida três vezes. É fundamental esclarecer esta questão.

Quanto à Combanima, obviamente, o Sr. Deputado diz que as dívidas que já estavam alocadas, que não há dúvida nenhuma a não ser na questão da migração do empréstimo, que já foi feita e que se aguarda oportunamente pela decisão do PAEL, e que este empréstimo está contemplado no acordo de Reequilíbrio Financeiro com a CGD.

Quanto à questão dos fundos disponíveis continua obviamente a registar-se uma evolução negativa e o seu Grupo Parlamentar gostaria de alguma explicação. Agora há é uma derrapagem entre os valores encontrados 5 milhões 990 mil euros em novembro e em dezembro temos 6 milhões 526 mil euros, queriam uma explicação muito concreta sobre esta evolução de 9% que foi encontrada. E para terminar gostaria de dizer que apesar de tudo o ano terminou para o Município em termos de arrecadação de receita como um dos melhores anos nos impostos diretos; comparando com os impostos diretos dos últimos dez anos é talvez um dos melhores anos de arrecadação de receita, com exceção do IMI, que tinha uma previsão de 1 milhão 650 mil euros, teve um comportamento em que arrecadou um milhão 127 mil euros e mesmo assim analisou os últimos anos do IMI e é certamente o melhor ano que este imposto teve, talvez nos últimos oito



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

anos, obviamente sabemos as razões, houve uma reavaliação dos imóveis que só estavam feitos até 20%, foram feitos agora os restantes 80%. O que é facto é que ao nível de impostos arrecadados foi nos últimos 8 anos o melhor. Queriam alguma explicação para estas questões fundamentais nomeadamente a questão da dívida no perímetro da Dão-Gest, da Combanima, Profiacademus e do Município.

Para responder às questões colocadas pelos Srs. Deputados foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal. Respondeu em primeiro lugar à intervenção feita pelo Sr. Deputado Rui Jorge Gonçalves da Silva Pereira, referindo que a carência do pessoal auxiliar é uma preocupação que estão a tentar ultrapassar visto não terem a possibilidade de o fazer através de contratos a termo, nem de concurso, estando a recorrer ao mecanismo que têm ao dispor que é aquilo que normalmente se designa por POC. Disse que, no segundo período, a situação já estará minimizada com a entrada de algumas destas unidades. Na questão colocada em relação ao Plano de Atividades Anual (PAA) das várias associações do Concelho e a sobreposição que acontece nas iniciativas das associações e que, no fundo, acabam por provocar a separação das pessoas e não trás a magnitude que cada um desses eventos mereceria, haverá naturalmente da parte do Município a preocupação de elaborar uma agenda cultural. Está tida como prioritária nas reuniões com as associações no sentido em que haja uma agenda cultural concelhia que minimize esta questão. O Pelouro da Cultura tem isto no seu plano de intenções e a descentralização das iniciativas em cada uma das freguesias. Relativamente à Senhora da Ribeira e Parque Termal do Granjal, este assunto não está esquecido, é um pelouro que está com o Sr. Vice-Presidente e numa próxima reunião será trazida informação destes dois assuntos.

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado António José Correia, o Executivo agradece o reconhecimento daquilo que foi o trabalho ao nível cultural neste período de Natal e relativamente à questão da APPACM, esta unidade também é acarinhada como de importância estratégica para o Concelho, já se encontra em funcionamento, mas não sabe dizer exatamente o número de utentes pois ainda não lhe foi dada essa informação, mas sabe que já estarão a trabalhar cerca de 20 trabalhadores, dos quais 16 são do município. Relativamente ao valor total da obra não o tem presente, referindo contudo que houve um aumento do financiamento comunitário relativamente a esta obra, traduzindo-se numa menor participação do município que dizia respeito à participação nacional. Na próxima reunião serão trazidos dados mais concretos relativamente ao número de utentes, É uma unidade que vem responder a uma carência do Concelho na área social da deficiência, e trará para o nosso Concelho utentes dos concelhos limítrofes, mas responde prioritariamente às necessidades do nosso Concelho. Por outro lado trás um aumento



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do emprego na área social e que representa já um número significativo de postos de trabalho no Concelho. É um equipamento do Município e após o período de concessão pode naturalmente vir a ser objeto de prorrogação.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal disse que o Sr. Deputado António José Correia utilizou uma expressão que não tem propriamente a ver com o que referiu, que utilizou o termo “gestão danosa” e que se foi usado nunca foi relativamente aos apoios que foram dados às nossas associações que esse é sempre um excelente investimento. Esta expressão transporta para a informação que naturalmente terá de ser dada ao Sr. Deputado Fernando Cruz, que colocou a questão da dívida global do Município. que face à inexistência de fundos foi impossível contratualizar uma auditoria externa que apresentasse com rigor a situação financeira do Município. Relativamente à questão dos centros educativos ou melhor da Dão-Gest em que a dívida dos empréstimos é mais de 10 milhões de euros isso vai trazer um imenso problema para o orçamento do Município, com a entrada no endividamento da percentagem que corresponde à participação da Câmara Municipal, indiretamente da Combanima.

Relativamente à intervenção da sr. Deputada Carla M<sup>a</sup> Pereira de Sousa, o Senhor Presidente disse que a questão da construção dos centros educativos nunca foi posta em causa, mas sim o modelo que foi escolhido para o financiamento, que é dramático e causa constrangimentos enormes na gestão diária da Tesouraria do Municipal. Porque, quer se queira quer não, os valores padronizados de centros educativos, tipo Centro Educativo Norte são de custos de cerca de 2 milhões de euros, se o valor ilegível andar a volta de 1 milhão e 800 mil euros com financiamento a 85%, custariam ao Município o diferencial que iria de 1 milhão 700 mil euros e os dois milhões de euros, cujo custo total andaria entre 300 a 400 mil euros para o Município com a construção de um centro educativo. Ora o Centro Educativo Norte custou cerca de 3 milhões e 200 mil euros, portanto mais de um milhão a mais do que aquele que é o custo padronizado de qualquer centro educativo desta tipologia; temos um valor ilegível de 1 milhão e oitocentos mil euros, portanto está aí 1 milhão e 400 mil euros que foi o custo para o Município daquele centro educativo. Outra questão é que o Centro Educativo Norte foi financiado, os Centros Educativo Centro e Sul não o foram, ao contrário do que foi, nesta sala, muitas vezes dito que estava inclusivamente assegurado o financiamento. Os Centros Educativos Centro e Sul custaram cerca de 9 milhões com zero de financiamento comunitário. Este problema representa para o município neste momento cerca de 46 mil euros de rendas mensais o que obriga a uma retenção de 25% de IRC relativamente a esta transferência, levando a que o Município tenha que despende mensalmente cerca de 60 mil euros para os dois centros educativos. Se fizerem as



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

contas a 60 mil euros vezes doze meses dão 720 mil euros, isto durante um período de trinta anos. Aquilo que o Município paga de rendas durante um ano seria o custo total que o Município pagaria se os centros educativos tivessem sido sujeitos a financiamento comunitário, se isso tivesse acontecido durante um ano pagaria aquilo que era a comparticipação nacional destes centros educativos. Este é o grande problema relativamente aos centros educativos.

Se mensalmente se somar o valor do empréstimo de saneamento financeiro que foi contratualizado ao nível zero as dividas a curto prazo a fornecedores, e passado um ano as dividas as fornecedores eram maiores do que aquelas que tinham sido tidas em conta quando da contratualização do empréstimo, o que é incompreensível, e representa cerca de 65 mil euros por mês da prestação, mais 60 mil euros que se soma uma pequena percentagem de renda dos parques de estacionamento, temos cerca de 130 mil euros de custos mensais, que causam enorme constrangimento à Tesouraria do Município. Se somarmos os valores dos vencimentos dos funcionários deixa de haver dinheiro para o que quer que seja. Relativamente ao valor da dividida, se somarmos as dividas de médio e longo prazo e a divida a terceiros de curto prazo e a divida das empresas Combanima e Profiacademus andamos perto dos 30 milhões, o que é de todo uma situação muito difícil, quando chegar a altura da apresentação da prestação de contas estes valores serão apresentados com o devido rigor. Quanto à questão das derrapagens de fundos disponíveis tratou-se de uma correção que os nossos serviços financeiros obtiveram relativamente ao mapa que tinha sido enviado em outubro, foram introduzidos outros elementos que não foram introduzidos no mês anterior; não se tratou de um aumento do valor negativo, mas tratou-se de uma alteração do modo de cálculo que foi indicado como o mais correto pela DGAL.

O Sr. Deputado Fernando Cruz voltou a pedir a palavra para dizer que conclui que da clarificação que foi dada à Assembleia Municipal e a todos os santacombenses sobre a divida repetidamente falada de 40 ou 50 milhões será devidamente esclarecida, aquando da apresentação de contas, mas não andarà acima dos 28 milhões de euros, perguntando se o Executivo que está agora desconhecia a dívida.

Foi dada de novo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder ao Sr. Deputado Fernando Cruz, dizendo que não é verdade que a divida seja de 28 milhões, mas também nunca ninguém disse que era de 40 milhões, que há naturalmente aspetos que não quer referir aqui pois ainda estão a ser avaliados e que na altura própria falará sobre isso. Disse ainda que um dos grandes constrangimentos que não estavam à espera era a não existência de fundos disponíveis, que a situação deplorável em que o Município se encontrava já tinham conhecimento, mas não tão dramática como está efetivamente. Ter um cemitério de viaturas é de todo incompreensível



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

face ao endividamento que Câmara Municipal tem. Relativamente a muitos outros aspetos da atividade municipal há enormes constrangimentos que são incompreensíveis face à enorme valor da dívida que temos. O grande problema é o endividamento e não haver condições para prosseguir a atividade municipal - o desenvolvimento do Concelho não justifica este valor de endividamento. Os dois grandes erros destes últimos anos foi ter-se brincado com o que foi o Plano de Saneamento Financeiro e não se ter aplicado o que era efetivamente o plano, não se ter solucionado as dívidas de curto prazo, porque no ano a seguir as dívidas já eram de valor superior ao que tinha sido aquando da elaboração do plano e, o modelo de financiamento dos centros educativos, isto quer os senhores queiram, quer não, foi o grande problema, o problema que se vai colocar nos próximos trinta anos. A parceria público-privada foi constituída com o objetivo de não fazer refletir no Município o endividamento que iria ser feito com a construção dos centros educativos, mas a nova lei das finanças locais vem pôr um ponto final neste artifício, que era que este endividamento não fizesse parte do Município. Na parte que corresponde aos 49% da comparticipação da ex-Combanima terão que ser assumidos pela Câmara Municipal ou seja quase 50% desse endividamento vai ter reflexos no endividamento da Câmara Municipal, o que vem ainda colocar mais problemas acrescidos aos níveis de endividamento e que trarão consequências graves.

Relativamente à Profiacademus os argumentos aqui utilizados para a não alienação de 75% do valor da Profiacademus veio a verificar-se que não faziam sentido, andámos um ano a discutir o futuro da Profiacademus e o Sr. Deputado Fernando Cruz não vai naturalmente querer que num mês e pouco deste executivo ter tomado posse tenha pronta uma proposta para apresentar para o futuro da Profiacademus. É um assunto que está a ser analisado e será discutido com o Executivo da Câmara Municipal, e a seu tempo traremos aqui à assembleia municipal.

Pediu a palavra o Sr. Deputado António José Correia para colocar uma questão ao Sr. Presidente da Câmara Municipal. Começou por pedir desculpar ao dizer que poderia ter sido uma falta de atenção momentaneamente sua quanto à pergunta concreta que o Sr. Deputado Fernando Cruz colocou se à data das eleições autárquicas a 29 de setembro o Sr. Presidente da Câmara e à data candidato tinha conhecimento de toda a dívida do perímetro municipal - se tinha ou não tinha conhecimento.

Foi dada de novo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder ao Sr. Deputado António José Correia, dizendo se tivessem existido fundos disponíveis teria feito uma auditoria que permitiria com outra profundidade analisar algumas situações que neste momento o Executivo está impedido de o fazer, agora à luz daquilo que são as análises de cada uma das entidades que



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a Câmara Municipal é titular Profiacademus, Combanima, Dão-Gest e a própria Câmara Municipal em face dos documentos que têm presentes corresponde aos valores que tinham considerado, agora os níveis de constrangimentos com que se defrontaram é que não era efetivamente expectável. Isto não quer dizer que há medida que vão sendo analisadas algumas questões que não haja efetivamente dívida que não esteja contabilizada como a nível de juros e a nível de outros compromissos que ainda não tenham tido reflexos contabilísticos, este valor pode corresponder exatamente ao valor que é aqui agora apresentado mas é o valor que é estimado para o endividamento global.

O Sr. Deputado José Augusto Morais pediu a palavra para fazer um pedido esclarecimento aos Srs. Deputado António José Correia e Fernando Cruz e ao ser-lhe dada a palavra questionou os Srs. Deputados se tinham conhecimento se os mapas enviados à DGAL dos fundos disponíveis não eram devidamente preenchidos e apresentavam valores incorretos e, isso, era pertinente saber-se nesta Assembleia.

Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Fernando Cruz para fazer o esclarecimento, dizendo que esse assunto era realizado pelo então Sr. Presidente da Câmara e pelos serviços, e, portanto, ele é que fazia a elaboração e o que conheciam eram os resultados que apresentava e também os apresentava nas reuniões de Câmara. A questão era tratada somente pelo Sr. Presidente da Câmara e não interferiam sequer nessa questão.

Foi dada de novo a palavra ao Sr. Deputado José Augusto Morais para dizer que foi provado aqui por A mais B que a pergunta anterior feita ao sr. Presidente da Câmara não tem lógica, se os Senhores Deputados que na altura eram vereadores, membros da Câmara Municipal, que eram parte do executivo desconheciam a ilegalidade que estava ser cometida como é que queriam que as pessoas que tomaram posse há um mês e pouco, o conhecessem. Provavelmente tinham toda a razão e todo o direito de conhecer se não conheciam estavam a prestar um mau serviço no cargo que estavam a desempenhar.

O Sr. Deputado Fernando Cruz pediu a palavra para dizer ao Sr. Deputado José Augusto Morais que estava a levar as coisas para um sentido claramente pejorativo, e só dizia uma coisa em definitivo e claríssimo como a água, os fundos disponíveis que o Sr. Presidente elaborava, elaborava-os numa lógica que poderá ser explicado pelos Serviços Técnicos, agora este trabalho era enviado mensalmente para DGAL, que coordenava e emitiria a sua opinião técnica como supervisora de todas as Câmaras e nunca o fez, não disse se estavam bem se estavam mal. Mais



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

disse o deputado Fernando Cruz se a DGAL não emitiu essa a opinião não deverão agora imputar nem a ele nem ao Deputado António José Correia esta situação.

Sr. Deputado José Augusto Morais pediu de novo a palavra referindo que não põe em causa nada de que o Senhor Deputado acabou de dizer, mas que da mesma forma que os Senhores Deputados desconheciam o constrangimento que o Sr. Presidente da Câmara aqui apresentou, por um variadíssimo leque de razões, mais facilmente quem esta de fora os desconheceria. O que está a avaliar e é esse tipo de conhecimento e não o conhecimento de quem está no Executivo e portanto quando se pergunta ao Executivo atual se a 29 de setembro tinham conhecimento abrangente e total da situação financeira da Câmara, claro teriam um conhecimento perante os factos, assim como na assembleia tínhamos, com os documentos que eram dados. Ao assumir o Executivo e ao tomar conhecimento dos factos com que se confrontaram a opinião é diferente e há coisas que vão aparecendo no dia a dia, é para avaliar que esta pergunta não tem muita lógica porque o conhecimento total só é feito com o passar do tempo, portanto não havendo logo à partida o conhecimento que esta declaração de fundos disponíveis estava correta ou incorreta o constrangimento que o Sr. Presidente da Câmara aqui trouxe sempre e o que tem dito é o que tem conhecido, não há ainda há conhecimento total.

O Sr. Deputado Luís Morais pediu a palavra mas como chegou atrasado mais de meia hora e segundo o regimento da Assembleia o Sr. Presidente da Assembleia pôs à votação da Assembleia Municipal se podia tomar a palavra e como ninguém se opôs foi-lhe dada a palavra. O Sr. Deputado Luís Morais disse que por ter chegado atrasado não percebeu bem a questão que Sr. Deputado Fernando Cruz fez, no entanto, referiu que por terem estado oito anos no executivo e que foram eleitos pelos santacombenses tinham obrigação de saber da dívida, que o anterior Presidente da Câmara não estava presente para se defender, que tinham de ouvir a outra versão.

Foi dada a palavra ao Sr. Deputado António José Correia, dizendo este que, depois da intervenção completamente descontextualizada feita pelo Sr. Deputado Luís Leitão, gostaria de dizer que sabiam o que estavam a fazer na Câmara, sabiam da dívida da Câmara, nunca fugiram às suas responsabilidades, se o Senhor Deputado esteve atento na última Assembleia foi referido que estavam aqui para assumir as suas responsabilidades não as imputavam a ninguém. Também teve a oportunidade de dizer nessa Assembleia, aquando da questão dos fundos disponíveis que, de facto, quem os fazia era o Sr. Presidente da Câmara e provavelmente tinha uma interpretação diversa daquela que é efetivamente a correta para o cálculo dos fundos disponíveis, naturalmente estando essa responsabilidade no Senhor Presidente da Câmara, podiam discutir se deveria estar ou não, que teria a sua interpretação sobre isso mas o Sr.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Câmara entendia fazê-lo, portanto era ele que não iria colocar em causa, como seguramente se o Senhor Deputado fosse vereador de um presidente qualquer, iria colocar em causa o aquilo que o senhor presidente estava fazer, há um principio de relação de confiança, portanto o que o senhor veio para aqui dizer não tinha sentido nenhum pelo facto de ter chegado tarde.

Em relação ao que disse o Senhor Deputado José Augusto Morais escusava de os acusar de não conhecer, escusava de os acusar de tentarem fugir às responsabilidades e havia uma coisa que ele lhe garante e pede desculpa de o tratar por Sr. Deputado, porque estava ali também na qualidade de Presidente de Junta e ia ter o cuidado de o tratar sempre por Presidente de Junta. De facto estavam ali para assumir as suas responsabilidades que sabiam o perímetro da dívida. Perguntando ao Sr. Presidente da Câmara que está ligado ao poder autárquico há variadíssimos anos, que foi vereador, líder da oposição oito anos na Câmara Municipal, se conhecia o valor da dívida até aquela data, foi essa a pergunta que fizeram, simples e lógica, que não tem nenhuma malícia, era uma pergunta simples e direta à qual solicitaram uma resposta e que já a obtiveram de forma clara.

O Sr. Presidente de Junta deixe que registre uma coisa interessante notam uma alteração nesta Assembleia entre muitas outras, mas uma delas é ver um Presidente de Junta tão interventivo, não estavam habituados nos últimos anos, até por uma questão de algum decoro e de alguma contenção habitual entre os presidentes de junta mas notam que de facto há aqui um evolução, o que o Sr. Deputado funcionava quase como líder do Grupo Parlamentar do Partido Socialista é uma evolução positiva que ele retinha e reconhece e dará naturalmente liberdade aos seus colegas para intervir da mesma maneira, sem haver qualquer condicionamento por parte do sr. Presidente do Executivo em decisões futuras.

Passando ao ponto dois ponto três: REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO=APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO: O Sr. Presidente da Assembleia mencionou que a apreciação do regimento esteve aberta e houve participação na alteração.

Foram abertas as inscrições para os Senhores Deputados intervirem.

A Senhora Deputada Márcia Marques interveio no sentido de fazer uma correção jurídica relativa ao artigo 2º, alínea i) referindo que falta a lei 75/2013 de 12 de setembro (indica o artigo 33º mas não refere a lei), artigo 8º, alínea b) Na falta de funcionário nomeado deve constar b) Na falta de trabalhador nomeado.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal também interveio para indicar que na página da 3 para a página 4 se repete a palavra intermunicipal.

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Rui Jorge Gonçalves da Silva Pereira, dizendo este que quanto ao projeto do regimento desta Assembleia Municipal é no capítulo Primeiro que se nota maior número de alterações, sobretudo no Artigo 2º, passa agora a ter o título de Competências de apreciação e fiscalização com a introdução de várias alíneas de natureza tributária e financeira que não existia no outro regimento, a leitura destas alíneas revela que o responsável ou os responsáveis por este projeto querem precaver-se de situações de imperiosa e urgente resolução para não se chegar a uma hipotética "insolvência camarária", contudo o CDS/PP vota favoravelmente este projeto esperando com expectativas para ver os resultados práticos.

O Primeiro Secretário, César Branquinho, referiu que o novo regimento da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão foi alterado, havendo um período de entrega de alterações e em concordância com o Sr. Deputado António José Correia, líder do Grupo Parlamentar do PSD/PP, e com base na Lei 75/2013 de 12 de Setembro, foram efetuadas as devidas alterações e as correções ao novo Regimento.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o regimento há votação, tendo sido aprovado por maioria com duas ausências da sala dos Senhores Deputados José Augusto Morais e Rui Jorge Gonçalves da Silva Pereira.

Passando ao ponto dois ponto quatro da ordem do dia: PROPOSTA DE ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2014 / MAPA DE PESSOAL, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 4º E 5º DA LEI Nº 12-A/2008, DE 27 DE FEVEREIRO/= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por dizer que já foi dada a conhecer aos Senhores Deputados esta proposta mas para que o público presente pudesse ter conhecimento fez um pequeno esclarecimento da proposta de orçamento para o próximo ano. Referiu que a elaboração deste orçamento aconteceu num período relativamente curto, entre a tomada de posse e o final do ano, teve de ser enviado à DGAL e aprovado em tempo oportuno, além do nível de endividamento que é um constrangimento para a elaboração do orçamento e o peso da dívida que representa cerca 6,2 milhões euros, totalizando o peso de 43,8% do orçamento, de receitas limitadas, e que o peso da dívida absorve quase a receita. Foi neste contexto que teve de ser elaborado um orçamento. Indicou que os objetivos do orçamento são de



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

consolidação financeira, de continuar a promoção da coesão social, o apoio à dinamização da economia local e o reforço com a colaboração das freguesias e associações.

Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Marco Varela que iniciou a sua intervenção dando os parabéns pela iniciativa Espírito de Natal, pela adesão dos santacombenses, assim como dos comerciantes em geral.

Disse que a realidade é complicada e quando as pessoas votam num executivo novo naturalmente gostam de saber qual é o desígnio que o executivo tem para o próximo ano. Em seguida pedia que fosse esclarecido como vai ser feito o apoio à dinamização da economia local: de que forma o atual executivo fará esse mesmo apoio/dinamização; com que verbas; qual o montante alocado a esse item no presente orçamento; o que já foi feito do ponto de vista estratégico e se já foi criada alguma equipa de trabalho nesse sentido (através do gabinete do investidor ou recorrendo a recursos externos)

Deixou ainda uma reflexão que gostaria que o Senhor Presidente da Câmara fizesse nomeadamente em relação ao tipo de documentos que são facultados pelo Executivo, como a expressão “estancar a hemorragia financeira”, entre outros termos que não lhe parece ser a melhor forma de atrair eventuais investidores para Santa Comba Dão.

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Fernando Cruz, que gostaria de obter um esclarecimento para 2014, que o Sr. Presidente da Câmara clarificasse e quantificasse os despedimentos, qual o impacto das saídas ou despedimentos dos recursos humanos de que o Executivo já decidiu quer ao nível do Município, da Dão-Gest, e da Profiacademus. Qual o impacto que tem na afetação da rubrica das indemnizações e saber se a proposta do orçamento foi elaborada em consonância e articulada com o Plano de Ajustamento Financeiro que faz parte integrante do PAEL e que foi previamente submetido à DGAL. O seu Grupo Parlamentar gostaria de saber se esta proposta, que na articulação que viu, não lhe pareceu estar em consonância e queria perceber isso da parte do Sr. Presidente da Câmara. Por outro lado se o Executivo reconhece que o atual Plano de Ajustamento Financeiro se encontra ajustado à nova realidade do Município e, se não está obviamente adequado, se não deveriam ter apresentado um documento atualizado a esta Assembleia. Lembrar que enquanto não está o PAEL aprovado os deputados devem continuar a receber os relatórios do Plano de Saneamento Financeiro dos termos da alínea c) do nº 4 da lei das finanças locais.

Foi dada a palavra à Sr. Deputada Edite Cruz que pediu autorização ao Sr. Presidente da Assembleia para abrir um parêntesis para manifestar algum desagrado em relação à intervenção do Sr. Deputado António José Correia, manifestando também o seu desconhecimento



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

relativamente ao condicionalismo que os presidentes de junta estavam obrigados no mandato anterior, que agora entendia as poucas intervenções feitas nos mandatos anteriores, e queria lembrar ao Sr. Deputado António José Correia que foi uma mudança e nesta Assembleia a democracia existe. Que esta era a prova da intervenção do Presidente de Junta José Augusto Morais. Quanto ao líder da bancada do Partido socialista não procura protagonismo político meramente servir os santacombenses tal como foi eleito. Em relação à intervenção feita pelo sr. Deputado Marco Varela gostaria de lembrar que o termo “hemorragia financeira” é insignificativo face à linguagem utilizada no anterior mandato, tanto a utilizada nesta Assembleia como na comunicação social era bastante mais grave do que este termo, que considera insignificativo.

De seguida pediu a palavra o Sr. Deputado António José Correia que disse à Sr. Deputada e líder da Bancada do Partido Socialista que esperava que não tivesse interpretado mal as suas palavras, o que tinha dito é que havia uma mudança no sentido positivo, condicionamento nunca houve nem de ninguém, o que havia era por parte dos presidentes de junta em mandatos anteriores em diferentes executivos, do que se lembra era de que os Senhores presidentes de junta intervinham basicamente no que dizia respeito à sua freguesia, não criticou, apenas disse que havia uma mudança no sentido positivo. Talvez tenha interpretado mal ou ele se tenha expressado mal.

Tomou de novo a palavra o Senhor Presidente da Câmara e começou por responder à questão da elaboração do orçamento e às questões aqui levantadas sobre quem é que tinha competências para enviar os fundos disponíveis à DGAL; o Sr. Presidente da Câmara disse que neste executivo há uma delegação de competências e as pessoas são responsáveis pelos pelouros que lhes são atribuídos. A elaboração do orçamento foi coordenada pela Vereadora com o Pelouro das Finanças. Relativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado Marco Varela quanta á estratégia seguida relativamente à dinamização da economia local este pelouro está na competência do Sr. Vice-Presidente. Os constrangimentos orçamentais limitam de que maneira o objetivo de dinamizar a economia local que, fundamentalmente, será a de continuar a dar alguma dignificação às nossas áreas de loteamento industrial e logo que possível, este período ainda não o permitiu, está nas intenções do Sr. Vice-Presidente reunir com cada uma das empresas no sentido de perceber quais as suas dificuldades e de ver como pode a Autarquia ser um elo de promoção e abrir algumas portas no sentido de ajudar a encontrar o financiamento para algumas iniciativas. Também estivemos preocupados com a alteração do PDM, pois algumas indústrias estavam com dificuldades de expansão em termos de espaço, estavam limitadas pelo atual PDM e fundamentalmente promover as nossas riquezas naturais, a Senhora da Ribeira e Parque



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Termal do Granjal; estão a ser desenvolvidas reuniões e elaborados documentos, que a seu tempo a Assembleia Municipal terá conhecimento. Dar um novo dinamismo ao Gabinete de Apoio ao Investidor e Empreendedorismo.

Nas questões colocadas pelo Sr. Deputado Fernando Cruz foram tidas em conta os valores das saídas destes contratos, que ainda vão ter um peso significativo no orçamento de 2014, na medida que há a pagar indemnizações. Neste momento o Sr. Presidente da Câmara não sabe quantificar o valor das indemnizações, numa próxima reunião será dado o valor da quantificação das indemnizações. Em relação ao orçamento este foi aprovado em reunião de Câmara e enviado à DGAL atempadamente, no entanto até ao momento esta entidade ainda não deu nenhuma informação.

Seguidamente o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta do orçamento a votação. A proposta foi aprovada por maioria. Catorze votos a favor do PS, um voto a favor do CDS/PP, três votos a favor do do PSD/PP e nove abstenções do PSD/PP.

No ponto dois ponto cinco da ordem do dia: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO, EM 2014= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar uma pequena síntese sobre este ponto, assim foi indicado que de acordo com a Lei das Finanças Locais os municípios podem socorrer-se deste instrumento para fazer face a situações urgentes, tendo sido solicitado à Assembleia Municipal a sua aprovação.

Não havendo pedidos de intervenção passou-se para a votação deste ponto da ordem de trabalhos, sendo aprovado por unanimidade.

No atinente ao ponto dois ponto seis da ordem do dia: MOÇÃO- OPOSIÇÃO AO ENCERRAMENTO DOS SERVIÇOS DE FINANÇAS, EM NOME DA COESÃO TERRITORIAL E DO BEM-ESTAR DOS MUNICÍPIOS= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

Neste ponto foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o objetivo da moção apresentada. Referiu que esta resulta de uma reunião que decorreu na Câmara Municipal de Carregal do Sal em que esteve presente o Sr. Vice-Presidente, conjuntamente com outros Srs. Presidentes das Câmaras que vão ser penalizadas com o possível encerramento de Serviços de Finanças, Entenderam, unanimemente, que teriam mais força se tomassem uma posição conjunta, tendo decidido apresentar para aprovação, em cada uma das Câmaras Municipais e Assembleias Municipais presentes, a supracitada moção que será remetida, conjuntamente para as entidades nela mencionadas: Assembleia da República, Presidente da República, Governo entre outras.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pediu a palavra o Sr. Deputado António José Correia para transmitir ao Sr. Presidente da Câmara Municipal o seu apoio total e intransigente à iniciativa levada a cabo pelo seu Executivo para defender aquilo que considera tratar-se de uma resolução inaceitável - o encerramento dos Serviços de Finanças. Concedeu, da parte do Grupo Parlamentar do PPD/PSD e certamente dos Senhores Vereadores da Câmara, todo o apoio para que estas medidas cheguem a bom porto e que evitem o encerramento dos Serviços Finanças deste concelho.

O Sr. Deputado aproveita a sua última intervenção para desejar, em nome do Grupo Parlamentar do PPD/PSD a todos os presentes e munícipes, um excelente ano de 2014 com sucesso para todos.

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Rui Jorge Gonçalves da Silva Pereira que disse que desde cedo as vozes locais se ergueram contra o encerramento de vários serviços considerados essenciais e imprescindíveis para um mais rápido e fácil acesso pelo que, não compreende nem nunca aceitará que outros pretendam resolver o que a nós compete. Pela parte do CDS/PP local opõe-se vivamente à hipótese de encerramento dos Serviço de Finanças e a sua deslocação para onde quer que seja, Concluiu que não se pode continuar a pactuar com o contínuo esvaziamento de tudo o que, constitucionalmente, é um bem precioso da população: o acesso a serviços, à saúde e à educação,

Foi ainda dada a palavra ao Sr. Deputado Joaquim Rodrigues que em primeiro lugar disse congratular-se com a posição desta moção onde estão representados sete concelhos. Informou que neste projeto, apresentado pelo Governo no distrito de Viseu, ficam apenas sete Serviços de Finanças e que estas exigências vêm com as exigências da Troika para os serviços públicos. Disse ainda que o Estado ainda não conseguiu explicar aos cidadãos qual é o benefício que isto lhes trás. Manifestou a sua preocupação de que todos somos contribuintes com o direito de ser servidos pelos impostos que pagamos. Invocou o direito de lutar e de não nos calar-mos a tudo o que o Governo tenta impor, Apelou à dinamização das populações para que estes serviços públicos não encerrem a nível nacional. Pediu ao Sr. Presidente da Câmara que lute em conjunto com os outros Presidentes de Câmara.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara para responder aos Senhores Deputados dizendo que sobre este assunto concordava com tudo o que tinha sido dito e acrescentou que no caso de Santa Comba Dão não fazia sentido encerrar os serviços devido a não haver pagamento de renda pois o edificio é do Estado. Referiu que disto já tinha dado conhecimento à tutela e que não deixaria de se associar aos Concelhos da região para ter mais força nesta luta.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Seguidamente o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta da moção a votação, a qual foi aprovada por unanimidade.

Passando ao terceiro ponto da ordem do dia: PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

No último ponto dos trabalhos da Assembleia o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público.

Pediu a palavra o munícipe António José Corveira de Sousa, residente no Coval, Santa Comba Dão, que disse que tem lido nas atas da Câmara as elevadas despesas que a Câmara tem com os consertos das viaturas do Município. Sugeriu que a Câmara Municipal pudesse contratar o trabalho de um mecânico que talvez ficasse mais barato ao município, tendo indicado o nome de um mecânico que considerava ser bastante competente. Aludiu a necessidade de informar as pessoas mais desfavorecidas e que têm dificuldades económicas para poderem usufruírem da isenção de IMI.

Pediu depois a palavra o Sr. José Martins de S. João de Areias que disse que na última reunião de Assembleia da Junta de Freguesia S. João de Areias, no momento da intervenção do público, perguntou ao Sr. Presidente da Junta sobre o funcionamento do posto médico, tendo obtido como resposta que o médico estava assegurado até ao final de 2014. Sendo assim pergunta ao Sr. Presidente da Câmara como pensa resolver o problema do posto médico até final de 2014 e de que nas férias do médico de família as pessoas se dirigem ao centro de saúde de Santa Comba Dão e não são atendidas.

Pediu para responder ao Sr. António José Corveira de Sousa a Sr. Deputado Joaquim Rodrigues, que por ser funcionário das Finanças lhe foi permitido a intervenção. Assim o Sr. Deputado disse que até final de 2014 a isenção do IMI vai ficar resolvida. A Direção Geral de Impostos está a criar um mecanismo que vai ser automática e as pessoas com baixos rendimentos vão ter a isenção resolvida.

Também foi permitido a resposta ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. João de Areias, Serafim Rodrigues ao Sr. José Martins. O Senhor Presidente de Junta começou por dizer que está na Assembleia Municipal porque foi eleito para a Junta de Freguesia da sua terra e que está nesta Assembleia por inerência do cargo e que nunca sentiu nem sente, de alguma forma, qualquer constrangimento ou imposição para intervir ou deixar de intervir. Disse ainda que vai nortear as suas intervenções para defender os interesses da terra para que foi eleito e que se tiver de estar ao lado do Sr. Presidente da Câmara para defender os interesses da sua freguesia, estará, se entender que não deve estar, não estará.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

De seguida mencionou que a questão da saúde que lhe foi colocada pelo Sr. José Martins, no momento da intervenção do público, se calhar o teria entendido mal. Quando lhe perguntaram se tinham médico assegurado e até quando respondeu que desde que foi eleito o preocupou particularmente a situação da Extensão de Saúde de S. João de Areias, esclareceu que, segundo as informações que tinha do Sr. Presidente da Câmara e do médico Dr. João César, podia estar descansado e que a questão do médico estava assegurada até 2014. Mencionou ainda que, segundo informações da Associação Regional e através de conversas tidas com o Sr. Presidente da Câmara, a Extensão de Saúde é para manter dado o número de utentes ser superior a dois mil.

O Sr. José Martins solicitou uma nova intervenção que ao ter-lhe sido concedida pediu desculpa por não se ter explicado bem.

Por último foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que na sua intervenção reforçou a intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. João de Areias sobre o funcionamento do posto médico informando que iriam ser realizadas um conjunto de pequenas obras de modo a que também possam ser realizados atos de enfermagem, garantido que não vai ser fechado.

O Sr. Presidente da Câmara desejou ainda a todos, em nome do Executivo, um bom ano a nível de saúde, de amizade e de solidariedade. Lembrou que, se estes valores forem tidos em conta, todas as outras questões serão ultrapassadas.

Antes de se dar por encerrada a sessão o Primeiro Secretário fez a leitura da minuta da ata que foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão pelas treze horas e vinte e cinco minutos, da qual e para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Mesa.

Maniz José Krang



**Santa Comba Dão**  
**Assembleia Municipal**

*[Handwritten signature in blue ink]*  
*[Handwritten initials in blue ink]*

Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhores Secretários

Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhores Vereadores

Senhores Membros da Assembleia Municipal

Estimado Público

A actividade física e os desportos saudáveis são essenciais para a nossa saúde e bem-estar. A Organização Mundial de Saúde (OMS) reconhece a extrema importância da actividade física para a saúde física, mental e social de indivíduos e comunidades. Segundo a OMS, estima-se que nos países desenvolvidos mais de dois milhões de mortes são atribuíveis ao sedentarismo, e que 60 a 80% da população mundial não é suficientemente activa para obter benefícios na saúde. O sedentarismo é enfatizado, pelo *World Health Report* de 1997, como um factor de risco causador de doenças, com a mesma importância que o tabaco e a alimentação.

A crescente proliferação de caminhadas, marchas e corridas, no nosso país, revela o interesse de estratos cada vez maiores da população quererem contrariar o sedentarismo do seu quotidiano e melhorar os seus níveis de condição física. A marcha e a corrida são desportos que podem ser praticados pela esmagadora maioria da população, requerem um baixo investimento em equipamento, e permitem a prática em grupo respondendo às exigências de convivência e interacção social da população. Não é de estranhar a sua popularidade. Também no nosso concelho as caminhadas têm tido uma grande adesão, bastar recordar, o sucesso que foram as caminhadas promovidas pela APDEF.

*“O Programa Nacional de Marcha e Corrida (PNCM) é uma iniciativa conjunta do Instituto de Desporto de Portugal, Federação Portuguesa de Atletismo e Faculdade de Desporto da Universidade do Porto e que visa a promoção da prática da marcha e corrida,*



**Santa Comba Dão**  
**Assembleia Municipal**

*com uma forte preocupação de promover hábitos saudáveis de vida, com o adequado enquadramento técnico.”<sup>1</sup> O Programa pretende criar por todo o país Centros Municipais de Marcha e Corrida. “Um Centro Municipal de Marcha e Corrida é um local acreditado pelo PNMC. Pode ser constituído por um conjunto variado de instalações (centro de apoio ao praticante, percursos para marcha e corrida, etc.) onde os munícipes inscritos no PNMC poderão realizar a sua actividade física, usufruindo de instalações seguras e preparadas especificamente para o desenvolvimento da marcha e corrida. Em muitos destes CMMC poderá também ter acesso a um acompanhamento por parte de um técnico especializado, que ajudará cada praticante.”<sup>2</sup>*

A Câmara Municipal de Santa Comba Dão, iniciou, no anterior mandato, o processo de adesão do Município ao Programa Nacional de Marcha e Corrida, fazendo esse ponto, parte da informação da actividade do Município, enviada á Assembleia Municipal. Estando este ponto ausente da actividade do Município que recebemos, solicito ao Senhor Presidente da Câmara um esclarecimento sobre a situação do Centro Municipal de Marcha e Corrida e a adesão do Município ao Programa Nacional de Marcha e Corrida.

Santa Comba Dão, 28 de Dezembro de 2013

Pelo Grupo Parlamentar,

(Luís Artur Loureiro Pereira)

<sup>1, 2</sup> [www.marchaecorrida.pt](http://www.marchaecorrida.pt)



**Santa Comba Dão**  
**Assembleia Municipal**

Exmo. Sr Presidente da Assembleia,  
Exmo. Sr. Presidente da Camara Municipal,  
Exmos. Srs. Deputados,  
Dignissimo público,

No seguimento de alguns dos temas debatidos na última assembleia municipal solicito ao Senhor Presidente da Câmara um esclarecimento sobre os seguintes dois pontos:

1. Foi submetido á apreciação da Assembleia Municipal o contrato de Reequilíbrio Financeiro aprovado pela Caixa Geral de Depósitos no âmbito da Candidatura do município ao PAEL; apresentámos na altura dúvidas dos juros apresentados e que não se encontravam em conformidade com a proposta anterior. Gostaríamos de saber que evolução foi dada pelo Executivo aos esclarecimentos pretendidos, junto da Caixa Geral de Depósitos?
2. Relativamente ao documento apresentado pelo Executivo reportado ao "apuramento dos Fundos Disponíveis", no contexto do tema de Estabilidade Orçamental do município de Santa Comba Dão, tema que sua importância mereceu a apresentação de uma moção, que faz parte integrante da Ata, gostaríamos de ouvir do Sr. Presidente os desenvolvimentos que o assunto mereceu junto de Entidades, que supervisionam as matérias em análise ?

Anexo 2013



**Santa Comba Dão**  
**Assembleia Municipal**

Santa Comba Dão, 28 de Dezembro de 2013

Luís Marques



**Santa Comba Dão**  
**Assembleia Municipal**

Anexo 105

### **Espirito de Natal**

A iniciativa "Espírito de Natal", promovida pela Câmara Municipal e Junta de Freguesia da União de Freguesias de Santa Comba Dão e Couto do Mosteiro, desenvolvida em parceria com os Comerciantes foi uma excelente iniciativa que muito animou as ruas da cidade e por consequência o comércio local.

Tratou-se sem dúvida de uma projeto louvável que acrescentou dinâmica às iniciativas levadas a cabo em anos anteriores.

Para este sucesso muito contribuiu a participação de um conjunto alargado de Associações locais, nomeadamente a Filarmónica de Santa Comba Dão, a Filarmónica de São João de Areias, a Filarmónica Lealdade Pinheirense, o Conservatório de Música e Artes do Dão, Associação de Musica e Artes do Dão, a escola profissional Profiacademus, a Universidade Sénior de Santa Comba Dão, a Associação de Profissionais de Desporto e Educação Física de Santa Comba Dão, O Pinguinzinho, a Expressart', a Casa do Benfica, a Associação "Sempre Sobre Rodas", o Rancho Folclórico Etnográfico de São Joaninho e a Tuna Santo Estêvão que se mostraram disponíveis para participar julgo que gratuitamente nesta iniciativa.

Não poderia deixar de destacar uma vez mais a dinâmica social, desportiva e cultural evidenciada pelas nossas Associações que tiveram, como sabem, um incremento extraordinário nos últimos anos, fruto do trabalho, empenho e dedicação dos seus dirigentes mas também dos apoios e incentivos recebidos das suas Comunidades e da Câmara Municipal.

Ressalvo para que conste que das 14 entidades que participaram nesta iniciativa, 9 nasceram nos últimos oito anos, nomeadamente o CMAD (que tem neste momento cerca de 300 alunos abrangendo o nosso Concelho e Carregal do Sal), a AMAD (que dinamiza por exemplo os magníficos teatros musicais que se desenvolvem em Santa Comba Dão desde 2010, reconhecidos a nível nacional), a US (que muito tem contribuído para ocupação de tempos livres dos nossos seniores e para a dinamização cultural de muitos eventos), a APDEF (que contribui decisivamente para o incremento assinalável da pratica desportiva informal e para a promoção de estilos de vida saudáveis), O Pinguinzinho (já uma das referências na formação Desportiva a nível Distrital), a secção de Basquetebol da Casa do Benfica (que conseguiu cimentar esta modalidade no nosso Concelho), a Expressart (que promove as artes em geral de uma forma lúdica e informal), a Associação Sempre Sobre Rodas (que pretende promover a cultura e o desporto através de uma mensagem positiva e integracionista, exemplar na nossa região) e a Tuna de São Joaninho. Das 5 remanescentes deve-se realçar a abertura do curso profissional de música, conseguido em Setembro ultimo após uma batalha muito difícil que vencemos e que esperamos venha a ser decisivo para o futuro da profiacademus, dando continuidade ao trabalho que já se desenvolve ao nível do ensino da música do 1º ao 9º de escolaridade. De realçar igualmente os apoios diversos disponibilizados á Tuna de Santo Estêvão e por ultimo o apoio direto e indireto dado ás nossas três Filarmónicas do nosso Concelho.



A este respeito retenho as palavras elucidativas proferidas pelo maestro da Filarmónica de São João de Areias, Pedro Carvalho, no final do concerto de natal realizado na passada 4ª feira na Igreja Matriz daquela Vila, que contou com a presença do Sr Presidente da Câmara Municipal., Mencionou entre outros, como decisivo para atingir o nível em que a Filarmónica se encontra o apoio da Autarquia e a aposta tida nas AEC desde 2006 que permitiu o rejuvenescimento e uma melhoria da qualidade musical evidenciada. Mencionou mesmo que se não fosse o projeto das AEC provavelmente não seria licenciado em música e muitos outros também não o seriam. Mencionou ainda ser este o 5º concerto de Natal por ele conduzido e que, olhando para trás, á 6 ou 7 anos, o que estava ali a acontecer era impensável. Ninguém acreditaria que isto seria possível, tendo solicitado a continuidade do apoio ao Sr Presidente da Câmara Municipal. Estas palavras aplicar-se-ão na mesma medida ás outras duas Filarmónicas que usufruíram exatamente dos mesmos apoio diretos e indiretos.

Toda esta dinâmica só foi possível dada a aposta estratégica e o apoio concedido pelo anterior executivo a estas áreas que fazem parte integrante, daquilo a que o atual Presidente da Câmara municipal, designa de **gestão danosa**.

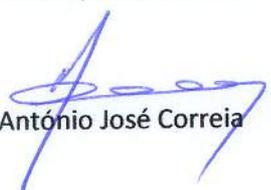
Sr Presidente da Câmara Municipal estou certo de que reconhece tudo o que mencionei e que procurará dar continuidade ao boom cultural e desportivo que houve nos últimos anos. Para já soube, e muito bem, tirar partido da capacidade instalada para promover a iniciativa "Espírito de Natal" iniciativa esta que espero que se repita em próximos anos e que contará sempre com o nosso apoio e aplauso.

#### APPACDM

Sr. Presidente gostaria de lhe solicitar um esclarecimento a esta Assembleia do ponto de situação relativamente ao Pólo de Vila Pouca da APPACDM, projeto promovido e desenvolvido pelo anterior executivo em articulação com esta Instituição, nomeadamente nas seguintes questões:

1. Se já se encontra em funcionamento;
2. Estando em funcionamento quantos trabalhadores foram admitidos;
3. Dos trabalhadores admitidos quantos são residentes no nosso Concelho;
4. Quantos utentes estão ou serão admitidos nas duas valências, Lar residencial e Centro de Actividades Ocupacionais;
5. Qual o valor total da obra e qual o valor de comparticipação final assumido pelo Município neste projeto, tendo em conta as alterações havidas em termos de comparticipação do POPH;
6. Para clarificar algumas dúvidas, esclarecer da propriedade do edifício alvo de intervenção.

Pelo Grupo Parlamentar



António José Correia

28/12/2013